



O Correio do Alentejo em 1835. O postilhão seguido pelo condutor do correio no transporte das malas de correspondência. (Desenho de Carlos Van Zeller, 1835)

O Remexido e os assaltos ao Correio

José Luís Vilela

A 6 de Agosto de 1838, João Braz Oliveira, ao substituir temporariamente o subinspector geral dos Correios, João de Sousa Pinto de Magalhães, cumpria uma rotina diária remetendo a seguinte nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Sá da Bandeira: «Tenho a honra de levar a V. Exa. o incluso officio do Correio Assistente de Faro, em que se referem alguns pormenores da execução do guerrilheiro Remechido naquela cidade do dia 2 do corrente pelas 6 horas da tarde».

Era mais uma das inúmeras informações prestadas regularmente, por estes funcionários dos correios, vindas dos mais variados pontos do Reino.

Quase de imediato sobrevem uma intrigante e pertinente questão à qual tentaremos responder: a de saber qual a legitimação invocada para permitir ou impor este bizarro conúbio institucional entre governo e um serviço público — o correio — unicamente vocacionado para o transporte de correspondência.



O Remexido, litografia da época, desenho do pintor João Baptista Ribeiro (in Damião Peres «História de Portugal», vol. VII, pág. 263)

De permeio falaremos de algumas pessoas e instituições, actores principais ou secundários mas seguramente protagonistas influentes na trama política e militar que assolou o país. Para tal limitamos no tempo a observação dos factos ao ano de 1838 e geograficamente a toda a zona a sul do Tejo, onde o partido miguelista e a sua facção armada, encabeçada pelo guerrilheiro Remexido, se ergueu com maior vigor, nos assaltos ao correio.

A luta do Remexido

Até 1838, ano em que ocorrem os acontecimentos que iremos analisar, Portugal viveu um período de convulsões de vária ordem. Tentativas de golpes militares e sucessivas revoltas armadas agitaram o país que, a partir de 1826, entra num prolongado estado de lutas culminando em guerra civil de 1832 a 1834. Assinada a paz em Évora-Monte entre liberais e absolutistas, D. Miguel embarca para Itália numa viagem sem regresso. Por cá ficaram as esperanças dos seus correligionários e acérrimos defensores por um retorno triunfal. Esquecidas as promessas de paz, anteriormente declaradas, depressa o partido tradicionalista retomou a luta armada contra o «férreo jugo» dos adeptos liberais. A oposição armada persistia teimosamente mergulhando o país numa luta fratricida que impossibilitava não só o normal funcionamento das débeis estruturas do novo regime como atrofiava o desenvolvimento da riqueza pública.

Cada vez mais empobrecido, com dificuldades orçamentais e uma dívida externa crescente, o partido liberal deparava ainda com outra dificuldade que resultava da heterogeneidade de correntes de opinião. Reunindo meios e apoios o inimigo iria apostar com mais força na actividade contra-governamental, como forma de pressionar e acelerar um processo de desintegração interna dos liberais.

Em Março de 1836, D. Miguel divulga uma fogosa proclamação aos seus súbditos exortando a todos os «Portugueses e soldados» a pegar em armas contra «essa horda de assassinos e ímpios incorrigíveis» (1). A resposta viria poucos meses depois com a reactivação da guerrilha acolitada nas serranias do Algarve e reagrupada pelo Remexido

que, entretanto, nunca depusera as armas e recusara as sucessivas amnistias anunciadas pelos liberais.

O recrudescimento da acção de bandos de salteadores, inicialmente em pequenos grupos e a sua proliferação, agravaram seriamente a situação, já de si crítica, no extenso território a sul do Tejo, onde campeava a miséria social, a desmoralização e sobretudo a insegurança pública e o descrédito nas instituições políticas, administrativas, jurídicas e militares.

A frente desta luta estava o «façanhado guerrilheiro» Remexido, de seu nome completo José Joaquim de Sousa Reis, nascido em Estômar, em 1796. Orfão de pai e mãe com apenas sete anos de idade rumo até Alcantarilha para ficar à guarda do seu tio José Joaquim de Sousa, prior desta localidade. Aos 14 anos entra no seminário de Faro e aos 22 reconhecendo-lhe dotes para a carreira eclesiástica é autorizado excepcionalmente a pregar. Cedo, porém, abandonaria a promissora carreira para desposar Maria Clara Machado de Bastos, sobrinha de um abastado proprietário, que se opusera ao casamento. Foi devido à persistência e aos trabalhos encetados para levar por diante os desígnios da sua paixão amorosa, que a Maria Clara o alcunharia de Remexido. Já a residir em S. Bartolomeu de Messines, iria tomar conta dos negócios do tio de sua mulher, como rendeiro dos dízimos eclesiásticos de S. Marcos e S. Bartolomeu. Era ele que ia «pessoalmente com os creadores fazer as cobranças». (2)

Quando em Junho de 1833 as forças liberais sitiadas na cidade do Porto pareciam soçobrar perante a esmagadora superioridade numérica das tropas miguelistas, empreenderam uma engenhosa manobra de diversão fazendo desembarcar na costa algarvia um corpo de tropas, onde irão encontrar o Remexido no posto de comandante das ordenanças de Silves. O vitorioso avanço dos liberais entraria na capital quase sem oposição um mês depois. Dispersos e perseguidos, os absolutistas remetaram-se a uma posição defensiva, começando uma luta de guerrilha entre 1833-34 na qual se distinguiu o Remexido como comandante destas forças.

Após os êxitos espectaculares alcançados em 1836 foi nomeado, por D. Miguel, gover-

nador do reino do Algarve acumulando com o cargo de comandante interino do Exército de Operações do Sul. Esta foi, aliás, uma das características da guerrilha do Remexido, incitada a organizar-se e a seguir todas as formalidades hierárquicas e disciplinares típicas de um exército regular, como se deprende da leitura dos documentos que lhe foram apreendidos. Nunca conseguiu, contudo, atingir esse objectivo o que se pode justificar, entre outras razões, pela dispersão dos bandos que constituíam o suposto exército, pelas dificuldades de ligação com os comandos e, sobretudo, pelos frágeis e inconstantes apoios monetários para pagamento do «pret» aos seus soldados.

Em 1838, quando os bandos liderados pelo célebre caudilho militar passeavam vitoriosamente pelo Algarve e Alentejo é, então, iniciada uma forte perseguição contra o Remexido, encabeçada pelo coronel Fontoura. No sítio da Portela da Corte das Velhas é surpreendido e encurralado. No meio do fogo cerrado é reconhecido pelos homens das forças liberais. Sem hipóteses de fuga acaba por ser desarmado e preso pelo capitão Cabral a 28 de Julho.

Desde então muito se tem dito e escrito acerca do Remexido e da sua luta, que a distância do tempo cada vez mais vai adensando a figura lendária de um destemido e audaz guerrilheiro que se opôs de armas na mão ao poder estabelecido. É esse mesmo tempo que o vai cumulando de uma certa aura de simpatia, ou comiseração por algum excesso cometido. Amado por uns, odiado por outros, os seus biógrafos deixam transparecer a sua posição ideológica de defesa ou ataque ao homem político. Pouco fiáveis, descrevem-no nas raras vezes em tom laudatório ou severamente crítico.

De comum todos afirmam a sua formação cristã, dado que foi seminarista e efémero pregador. Com a legislação de Mouzinho da Silveira veria reduzidos os seus recursos económicos enquanto colector dos dízimos de que o tio de sua mulher era rendeiro. Este odioso imposto seria definitivamente extinto pelo decreto de 30 de Julho de 1832, ou seja, no ano imediatamente anterior ao início das actividades de guerrilha de José Joaquim de Sousa Reis. Apesar do revés pôde ainda colher algumas vantagens do exercício deste expediente, pois «As longas caminhadas e os

inúmeros contactos que estabeleceu, como cobrador dos dízimos, viriam mais tarde a ser-lhe de manifesta utilidade para escapar às perseguições dos seus inimigos.» (3). O domínio perfeito do terreno onde operava anulava desde logo a desvantagem militar entre as forças em confronto.

Norteando os objectivos estratégicos da sua luta em defesa da santa religião, invocando a restituição à sua pureza contra os heréticos e cismáticos liberais e na restauração do trono legítimo, cujos ideais eram incarnados por D. Miguel, a guerrilha do Remexido definiu com clareza os alvos a abater para atingir os seus fins. Para além do ataque sem tréguas aos guardas nacionais, da execução sumária de denunciadores ou espias e dos seus mais directos e declarados inimigos (como os liberais que se haviam destacado nas perseguições aos miguelistas), a guerrilha assaltava povoações, montes e herdades para se abastecer de armas, munições, dinheiro e de géneros alimentícios. Contudo, os mais rendosos assaltos eram conseguidos nos estancos do tabaco onde se acumulavam grossas maquias em dinheiro.

Outro dos alvos, hoje ainda pouco conhecido, mas repetidamente lembrado no seio da guerrilha era a captura dos correios, pois o êxito ou fracasso de muitas das suas operações dependia da interceptação das informações ao inimigo. A extraordinária importância atribuída aos assaltos ao correio e a frequência com que ocorriam, chegando a subir ao parlamento, já que estavam em causa as comunicações do reino, pode ser atestada em dois officios (4) do Remexido dirigidos ao guerrilheiro Francisco Joaquim Nogueira. A 12 de Maio de 1838 diz o Remexido: «... e lhe recomendo a continuação do mesmo zello, especialmente sobre a capturação de correspondências ao inimigo o que muito nos interessa». Apenas quatro dias depois a insistência reveladora dessa preocupação: «De novo torno a lembrar, que se não poupe ocasião de se capturarem correspondências ao inimigo».

O Correio ao sul do Tejo

Julgamos conveniente abordar resumidamente a natureza, estrutura e organização do serviço de correios que, em parte, nos esclarecem sobre o comportamento da instituição

postal e dos seus funcionários, na relação mais íntima com o poder central e na forma como reagem aos constantes ataques da guerrilha.

A Subinspecção Geral dos Correios e Postas do Reino, dirigida desde Agosto de 1833 por João de Sousa Pinto de Magalhães, integrada no sistema da administração central desde há quatro décadas estava sob a tutela da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, cujo responsável era simultaneamente inspector geral dos Correios.

O subinspector acumulava ainda o cargo de administrador geral do Correio de Lisboa, centro nevrálgico de todas as decisões e operações da instituição postal do reino. Directamente dependentes desta existiam os administradores de correio (AD) e/ou correios assistentes (CA) no mesmo plano da hierarquia funcional, formando a base estrutural de toda a organização postal que se representava em todas as cidades do país e vilas de maior importância. Deste poderiam ainda depender delegados do Correio nas pequenas localidades, onde praticamente se limitavam à recepção e entrega da correspondência ao escasso público dos reduzidos núcleos populacionais.

A distinção entre essas duas principais figuras de relevo — AD e CA — residia unicamente no vínculo formal de ligação à instituição postal. As administrações eram exploradas directamente pelo Estado, através de funcionários públicos pertencentes ao quadro de pessoal do Correio. Os CA eram rendeiros do estado aos quais se concedia o produto da exploração dos serviços, tendo como contrapartida o pagamento de uma pensão acordada e estipulada no contrato de arrendamento, custeando estes todas as despesas de exploração, pessoal, rendas de edifícios, etc.

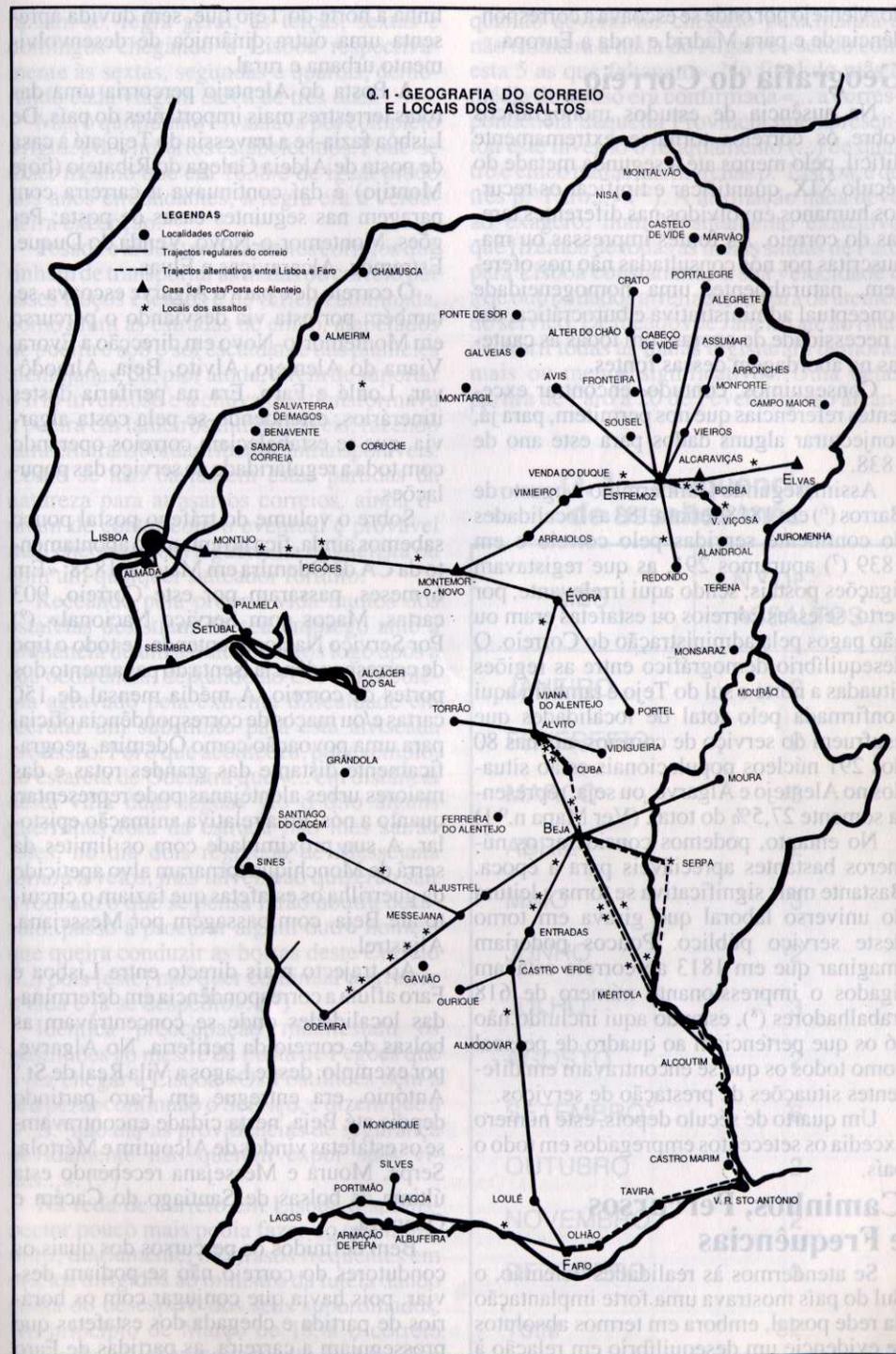
O número de CA constituía uma superioridade absoluta em todo o reino, por exemplo, a sul do Tejo não existia um único administrador. Se exceptuarmos o caso de Lisboa, haveria apenas 5 correios explorados por conta da Fazenda Pública, a saber: Porto, Braga, Coimbra, Sacavém e Lourinhã.

Entre os diversos pontos do reino o transporte da correspondência era assegurado pelos estafetas — condutores de correio por

arrematação — pagos pelo Subinspecção Geral ou pelos CA e outros ainda pelas câmaras municipais. Nos itinerários considerados de maior importância estratégica para o país, o correio foi organizando o serviço de postas, estabelecendo casas de posta, ou seja, estações de muda de cavalos e pontos de repouso para os correios dispostos regularmente ao longo dos percursos. Neste caso, o serviço que era dirigido e regulado pelo Mestre-de-posta, tinha normalmente a acompanhar o estafeta ou correio que conduzia a bolsa da correspondência, pelo menos um postilhão para viajar o bom tratamento dos cavalos e servir de guia nos caminhos. Oferecendo melhores condições de segurança e regularidade, as postas estavam também abertas a qualquer particular que pretendesse empreender uma viagem dentro da carreira do correio. Diga-se, também, que em 1838 eram raros os que se afoitavam em tamanha aventura pela perigosidade que representava a deslocação em qualquer estrada ou caminho do país. De tal sorte que em toda a documentação consultada referente a este ano só descortinamos um candidato à aventura da Posta, José Maria de Vasconcellos que recebera notícias graves sobre o estado de saúde de seu pai e requeria «... marchar pela posta, pegando todas as dispezas, (...) visto haver exemplos, e ainda recentes, se sirva ordenar por portaria, que o supplicante possa assim fazer jornada athe Elvas». (5)

Mas nos momentos mais acesos de luta armada era, por vezes, o único meio por onde se ousava fazer a circulação de notícias, pessoas, pequenas encomendas e, mais raramente dinheiros. Dele se aproveitaram as autoridades políticas e militares quando careciam de informações regulares e céleres entre as linhas da frente e os respectivos quartéis-generais. Algumas dessas carreiras, devido à frequência com que foram utilizadas pelas entidades castrenses ficaram conhecidas por «postas-militares», como por exemplo a de Lisboa até Castelo Branco e a de Lisboa à praça forte de Almeida. Outras ainda foram estabelecidas com essa exclusiva finalidade como sucedeu em 1834 com as carreiras entre Lisboa-Leiria e Lisboa-Cartaxo.

Mais a sul o destaque ia para a carreira entre a capital e Elvas, conhecida por Posta



do Alentejo por onde se escoava a correspondência de e para Madrid e toda a Europa.

Geografia do Correio

Na ausência de estudos monográficos sobre os correios torna-se extremamente difícil, pelo menos até à segunda metade do século XIX, quantificar e tipificar os recursos humanos envolvidos nas diferentes tarefas do correio. As fontes impressas ou manuscritas por nós consultadas não nos oferecem, naturalmente, uma homogeneidade conceptual administrativa e burocrática, daí a necessidade de operar com todas as precauções na abordagem dessas fontes.

Conseguimos, contudo, encontrar excelentes referências que nos permitem, para já, conjecturar alguns dados para este ano de 1838.

Assim, segundo Guilhermino Augusto de Barros (°) em 1818 seriam 183 as localidades do continente servidas pelo correio e em 1839 (°) apuramos 291, as que registavam ligações postais, sendo aqui irrelevante, por certo, se esses correios ou estafetas eram ou não pagos pela administração do Correio. O desequilíbrio demográfico entre as regiões situadas a norte e sul do Tejo é também aqui confirmada pelo total de localidades que usufruem do serviço de correios, apenas 80 dos 291 núcleos populacionais estão situados no Alentejo e Algarve, ou seja, representam somente 27,5% do total. (Ver Mapa n.º 1)

No entanto, podemos considerar os números bastantes apreciáveis para a época. Bastante mais significativa se torna a leitura do universo laboral que girava em torno deste serviço público. Poucos poderiam imaginar que em 1813 ao correio estavam ligados o impressionante número de 618 trabalhadores (°), estando aqui incluído não só os que pertenciam ao quadro de pessoal como todos os que se encontravam em diferentes situações de prestação de serviços.

Um quarto de século depois, este número excedia os setecentos empregados em todo o país.

Caminhos, Percursos e Frequências

Se atendermos às realidades de então, o Sul do país mostrava uma forte implantação da rede postal, embora em termos absolutos se evidencie um desequilíbrio em relação à

linha a norte do Tejo que, sem dúvida apresenta uma outra dinâmica de desenvolvimento urbana e rural.

A Posta do Alentejo percorria uma das rotas terrestres mais importantes do país. De Lisboa fazia-se a travessia do Tejo até à casa de posta de Aldeia Galega do Ribatejo (hoje Montijo) e daí continuava a carreira com paragem nas seguintes casas de posta: Pegões, Montemor-o-Novo, Venda do Duque, Estremoz, Alcaraviças e Elvas.

O correio de e para o Algarve escoava-se, também por esta via desviando o percurso em Montemor-o-Novo em direcção a Évora, Viana do Alentejo, Alvito, Beja, Almodôvar, Loulé e Faro. Era na periferia destes itinerários, estendendo-se pela costa algarvia, que se estabeleciam correios operando com toda a regularidade ao serviço das populações.

Sobre o volume do tráfego postal pouco sabemos ainda, fica no entanto o apontamento da CA de Odemira em Maio de 1838: «Em 6 meses, passaram por este Correio, 903 cartas, Maços com Serviço Nacional». (°) Por Serviço Nacional entenda-se todo o tipo de correspondência isenta do pagamento dos portes de correio. A média mensal de 150 cartas e/ou maços de correspondência oficial para uma povoação como Odemira, geograficamente distante das grandes rotas e das maiores urbes alentejanas pode representar, quanto a nós, uma relativa animação epistolar. A sua proximidade com os limites da serra de Monchique tornaram alvo apetecido da guerrilha os estafetas que faziam o circuito até Beja, com passagem por Messejana, Aljustrel.

Ao trajecto mais directo entre Lisboa e Faro afluía a correspondência em determinadas localidades onde se concentravam as bolsas de correio da periferia. No Algarve, por exemplo, desde Lagos a Vila Real de St.º António, era entregue em Faro partindo depois até Beja, nesta cidade encontravam-se os estafetas vindos de Alcoutim e Mértola, Serpa, Moura e Messejana recebendo esta última as bolsas de Santiago do Cacém e Odemira.

Bem definidos os percursos dos quais os condutores do correio não se podiam desviar, pois havia que conjugar com os horários de partida e chegada dos estafetas que prosseguiam a carreira, as partidas de Faro

faziam-se, regra geral, às terças, sextas e domingos chegando a Lisboa respectivamente às sextas, segundas e quartas, demorando cada viagem cerca de três dias.

Mas o quotidiano esvaziava por completo a rigidez dos horários estabelecidos. Pode-se dizer mesmo que em 1838 e de igual modo nos anos circundantes, a regra era a verdadeira excepção.

Pesada e árdua tarefa a destes correios que tinham de transportar as malas do correio por esses troços escusos e de difícil caminhada, como eram as estradas de então, atapetados de poeira e sob o sol escaldante das planícies alentejanas, ou, pior ainda, terem de suportar o frio invernos e a chuva que transformava a poeira em lameiros intransitáveis, fazendo também transbordar ribeiras intransponíveis. Como se não bastassem estas partidas da natureza para atrasar os correios, ainda tinham de contar com o eventual e provável mau encontro com a guerrilha miguelista ou com um qualquer salteador fortuito.

Receando pela própria vida muitos dos estafetas desistiam do seu emprego ante a iminência de um assalto e outros logo após a sua ocorrência, deixando ao CA um problema agravado pela extrema dificuldade em recrutar um substituto para esta arriscada profissão. Foi o que aconteceu, por exemplo, ao estafeta de Odemira que «... em distância desta villa duas legoas vio o dito alguns guerrilhas fóra da estrada não lhes sairão estes, no dia dois regreçou de Messejana tornou a velos, mas talvez não quizerão sair a rouballo o que se pensa farão noutra ocasião; passo a procurar algum outro homem que queira conduzir as bolsas deste Correio (...) pois [este] não quer continuar a arriscar a vida e já se despedio». (10)

Idêntica preocupação manifestam os postilhões ao mestre de Posta de Pegões que a fez chegar a Lisboa «Os Postilhões bem a seu pezar continuão o Serviço, e dizem que a V. S.ª não dar as providencias de segurança devidamente não querem expor suas vidas...». (11)

Na rede de correio em Lisboa o subinspector pouco mais podia fazer do que transmitir, diariamente, os atrasos frequentes em officios dirigidos ao ministro da tutela dando conta do desespero dos seus subordinados. No princípio de Março de 1838 o correio vindo do sul chegara somente às 13h 30m

quando deveria ter chegado pela manhã e não trouxera a mala do Algarve «sendo com esta 5 as que faltavam». No final do mês a média do atraso era confirmada «... a correspondencia daquella Provincia que apresentou este inverno o retardamento (...) de quatro e cinco malas nas marchas p.ª Lisboa, e de três p.ª Faro...» (12). A afirmação nada deve ao exagero, num levantamento exaustivo que fizemos de todas as malas saídas de Faro para Lisboa constatamos a sua veracidade e a de outros dados arreliaadores para os utentes do serviço. De meados de Janeiro até ao final de Abril todas as malas registaram demoras mais ou menos significativas. Uma delas partira de Faro a 20 de Fevereiro e só alcan-

Q. 1 – Frequência de assaltos/mês

MÊS	N.º DE ASSALTOS
JANEIRO	2
FEVEREIRO	2
MARÇO	3
ABRIL	2
MAIO	3
JUNHO	2
JULHO	3
AGOSTO	2
SETEMBRO	6
OUTUBRO	2
NOVEMBRO	2
DEZEMBRO	3
Total	32

çara a capital no dia 7 do mês seguinte.

As causas apontadas para estas irregularidades e descontinuidades do serviço repetem-se, invariavelmente, na argumentação dos mais directos intervenientes da organização postal: as intempéries e os assaltos.

Maio e Junho foram excelentes se comparados com os restantes meses do ano em virtude da menor incidência dos constrangimentos habituais, isto é, menor rigor climático e refluxo da actividade da guerrilha.

Coincide igualmente com o regresso ao trajecto normal do correio por Beja, Almodôvar e Faro.

Esta era, aliás, uma das poucas alternativas que restavam para evitar os encontros nefastos com a guerrilha. As medidas cautelares adoptadas, na sequência dos insistentes pedidos e reclamações dos CA, consistiam em solicitar escolta às autoridades militares nos troços mais suspeitos ou perigosos e na alteração dos percursos usuais. Assim, inter-

mitentemente as carreiras seguiam de Beja até Mértola e, onde o rio se tornava navegável, embarcavam Guadiana abaixo até Vila Real de St.º António tomando então o caminho para Faro. Outra hipótese era sair de Beja em direcção a Serpa e daí para Mértola e retomar o Guadiana. Quando se constatava o fracasso, das alterações, regressava-se ao trajecto de sempre, ou seja, por Beja e Almodôvar.

Porém, era ideia corrente que qualquer

percurso apresentava os seus inconvenientes. Por vezes improvisavam-se alternativas impostas pelo perigo imediato. Retardava-se à saída do estafeta porque havia conhecimento da presença de guerrilhas nas imediações ou, por motivo idêntico, o estafeta trilhava um caminho diverso para fugir ao encontro dos salteadores. Menos fácil era enganar a natureza, por exemplo, em Janeiro o correio atrasa a sua marcha entre Beja e Viana devido à «enchente de uma ribeira» e

Q. 2 – Identificação dos assaltos ao Correio

DATA	HORA	LOCAL	N.º de ASSALTANTES
J A N	13? Noite	Sítio da Forca, a pouca distância de Beja	2
	24?	Entre Vendas Novas e Montemor	4
F E V	18	A 2,5 léguas de Odemira, lugar da Cruz do Junqueiro	Vários
	21	A meia légua de Beja	2
M A R	8 7 horas	No alto da serra da Ossa	3
	21	A 4,5 léguas de Beja, sítio do Vale de Camelos, termo de Mértola.	5
	21	Idem	5
A B R	1? 29	Entre Elvas e Estremoz	Vários
		A 1,5 léguas de Odemira, a caminho de Beja	Vários
M A I	6 22	A 3 léguas de Odemira, próximo da aldeia das Relíquias	Vários
		Entre Faro e Albufeira, próximo do Ribeiro de Cascavai (?)	4
	30 Tarde	A 2 léguas a sul de Beja	Vários
J U N	3 14 Noite	A 3 léguas de Odemira	4
		Entre Odemira e Beja	Vários
J U L	13 15	Entre Mértola e Beja	?
		A 1 légua antes de Pegós, termo de Palmela	5

Q. 2 – Identificação dos assaltos ao Correio

DATA	HORA	LOCAL	N.º de ASSALTANTES
19	10h/noite	Vale da Palha, 1,5 léguas para lá de Aldeagalega	7
A G O	20	Vale de Ourique, a 2 léguas de Almodovar	6
	25/26	Perto de Alcaraviças	?
S E T	2	Entre Coruche e Santarém, sítio dos Marcos, alto da Carreira	Vários
	19	Entre Alvito e Cuba	3
	20 Madrugada	Monte do Outeiro, freg. de Alcaria de Ruiva, perto de Mértola	7
	21 16 horas	Pegós, casa do mestre da Posta	+ de 30
	26 Meia-noite	Alcaraviças, casa do mestre da Posta	18
	26 7 horas	Casa do Correio, Vila Viçosa	18
O U T	3/4	Monte do Outeiro, freg. de Alcaria de Ruiva, perto de Mértola	4
	29?	Ribeira de Melcabrão, entre Cuba e Alvito	4
N O V	26	Alagoa Grande, a 1 légua de Entradas e a 4 de Beja	2
	29 9 horas	Barranco de Maceiras, ia de Lisboa para Santiago do Cacém	3
D E Z	1 Noite	Herdade da Tourega, termo do Vimieiro	Vários
	3	Entre Albernoa e Beja, a 3,5 léguas da cidade	+ de 6
	18 23 horas	Pego da Burra, a 2,5 léguas a sul de Évora	1

no mês seguinte «por motivo das muitas chuvas» os correios entre Lisboa e Beja não chegam atempadamente, tendo um dos estafetas mais afoito «perdido na passagem da Ribeira dos Assentes a bolsa da correspondência de Viana p.^a Beja». (13)

Até ao Verão de 1838 o correio do Algarve já esgotara os trajectos mais razoáveis entre Faro e Beja. O ano iniciara-se com o correio a transitar pelo Guadiana e Mértola, em Abril prolonga o caminho por Mértola e Serpa e em Maio e Junho retoma a estrada de Almodôvar. Em qualquer das hipóteses testadas o saldo não era nada famoso, a dura realidade demonstrava a necessidade absoluta e indispensável de proteger os estafetas com escolta militar. Mas até os militares chegaram a um ponto de ruptura no cumprimento desta árdua e deveras perigosa missão.

Agosto foi um mês de reflexão para as entidades responsáveis por este serviço público. No princípio do mês, o ministro e visconde de Sá da Bandeira acolhe as súplicas e recomendações do comandante da SubDivisão Militar de Beja por lhe «... haverem adoecido alguns cavallos e tão bem alguns soldados de Infantaria, pelo excessivo e continuo trabalho que tem tido em escoltar os Correios que em certos pontos, transitão as horas de maior correio por Serpa ou Mértola, caminho que posto seja um pouco mais longe, oferece todavia maior segurança...». (14)

Questionado sobre o assunto o subinspector-geral passa a comentar a sugestão ministerial: «Não há dúvida, que há na mudança proposta os mesmos inconvenientes, que ja se experimentarão, e que se pretendêrão remover tornando a restituir a marcha do Correio do caminho que actualmente segue. Estes inconvenientes são o atraso constante de uma Mála do Algarve procedido das marés do Guadiana, ou talvez de alguma frouxidão no serviço da Lancha da Esquadilha, que nunca chegava a Mertola, assim como a Alcoutim a tempo conveniente; o atraso muitas vezes de duas e tres málas sucessivamente p.^a Lisboa e p.^a o Algarve em ocasião de temporaes, que no inverno passado fôrão frequentes e até sucessivos; a dificuldade de passar nessas ocasiões úma Ribeira, que fica entre Mertola e Beja, e cuja enchente fez algumas vezes mais os correios e o perigo em

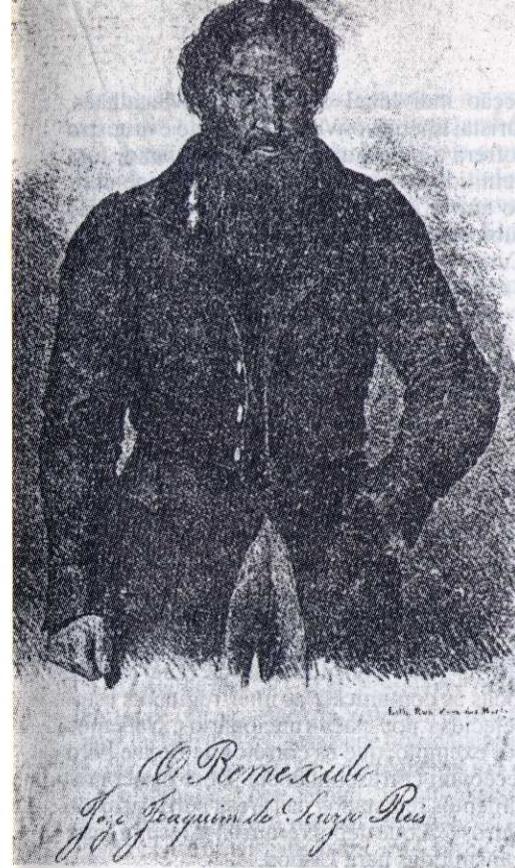
que elles estãvõ de sêrem tambem roubados nessa direcção de Mertola, como o fôrão então algumas vezes pelos guerrilhas, e ainda á pouco o foi o Estafeta particular de Mertola...» (15). Ponderadas todas as vantagens e desvantagens de cada um dos trajectos, João de Sousa Pinto de Magalhães chegou à conclusão simples de que qualquer que fosse o percurso dos correios estes não escapavam à acção persecutória dos guerrilheiros. Logo, obrigado à fatalidade de um convívio forçado, optava logicamente pelo caminho mais curto entre Lisboa e o Algarve que passava por Beja e Almodôvar.

Informações ao Governo

Por diploma de 13 de Janeiro de 1838, o ministro dos Negócios do Reino, Júlio Gomes da Silva Sanches, denuncia, a gravíssima e «estranhável omissão» das autoridades administrativas pelo incumprimento do dever ao não participarem atempadamente os factos subversivos da ordem pública praticados contra o direito de propriedade e a segurança individual. Para obviar semelhante comportamento, inaceitável aos olhos do governo, manda o mesmo ministro que os «Administradores Gerais de Districto observem a mais stricta exactidão na conta, que todas as semanas devem impreterivelmente enviar a este Ministério, de quasquer occurencias criminosas, que nos Districtos a seu cargo tiverem logar, seja qual fôr a sua origem, e auctôres». Quem não se esmerasse na applicação desta norma legislativa soffreria um procedimento disciplinar «com todo o rigor das leis», ou seja, a ameaça de despedimento.

A denúncia ministerial demonstra em parte as dificuldades do Estado liberal (como modelador e organizador do poder) e dos seus mecanismos burocrático-administrativos em se impor e dar execução às decisões governamentais. As relações entre o poder central e local falhavam logo no primeiro elo da cadeia político administrativa representado pelos administradores de distrito, imediatos representantes do governo e primeiras autoridades do distrito para onde eram nomeados.

Apesar da firmeza de intenções não terá havido uma resposta satisfatória por parte das autoridades locais porque a partir daqui



Reprodução de uma litografia que acompanha a «Biografia do Remexido» - Lisboa, 1838 - (in Damião Peres, «História de Portugal», vol. VII, pág. 262)

Q. 3 – Produto dos assaltos ao Correio

DATA	ROUBO			DESTRUIÇÃO DE CORRESP.	USO DE VIOLÊNCIA /AGRESSÃO
	DINHEIRO/ ENCOMEND.	CORRESP.	CAVALOS		
13? JAN.	x		x		x
24?		x			
18 FEV.		x			
21	x				
8 MAR.	x	x	x		x
21		x			
21		x			
1 ABR.	x				
29		x			
6 MAI.		x			
22		x			x
30		x	x		x
3 JUN.		x			
24					x
13 JUL.		x			
15	x				
19	x			x	x
20 AGO.		x	x		
25/26		x		x	
2 SET.		x			x
19	x			x	
20		x			
21			x		
26		x	x	x	
26	x				
3/4 OUT.		x			
29?				x	
26 NOV.		x			
29		x			
1 DEZ.					
3		x			
18		x			

À duvidosa fidelidade ao governo liberal demonstrada pelos administradores gerais correspondeu um empenhamento quase ilimitado dos funcionários dos correios. Na sua grande maioria os correios assistentes ao redigirem as suas informações apresentavam-se como intrépidos defensores dos princípios liberais mas, convenhamos, acima de qualquer paixão política sobrepunha-se o interesse em restabelecer a ordem pública e a segurança dos estafetas postas em causa pela guerrilha miguelista, pois os prejuízos resultantes dos assaltos eram suportados directamente pelos CA.

É assim que cerca de um mês depois, a 14 de Fevereiro, o ministro visconde de Sá da Bandeira remete ao subinspector dos Correios a seguinte instrução «... que ordena ao Correio Assistente da cidade de Elvas, e aos outros das principais povoações da Fronteira, que remetão regularmente todas as semanas a elle subinspector todas as notícias que poderem colher sobre o estado das facções Carlistas nas proximas Provincias Hespanholas, assim como do movimento das tropas da Rainha Catholica, de que tiverem notícia, procurando, a respeito de tudo, a mais próxima veracidade que lhes seja possível». (16)

Passados apenas cinco dias, por despacho ministerial de 21 de Fevereiro é alargado o âmbito de actuação informativa a todo o território do reino. Aproveitando o ensejo de um ofício do subinspector transmitindo notícias do CA de Beja sobre a guerrilha, o ministro emitia a seguinte ordem:

«recebido q. será conveniente p.^a o serviço q. avise os corr.^o assistentes p.^a q. lhe participem as occorrencias q. houver nos seus districtos e q. elle Sub Inspector, achando q. merecem consideração os traga ao conhecimento desta secre.^a» (17)

Desta forma, legitimada e responsabilizada a acção individual de cada um dos CA estes fazem desabar sobre Lisboa uma chuva constante de informações a partir dos primeiros dias de Março. Na sede do correio as mensagens eram recebidas pelo próprio subinspector. Pinto de Magalhães, que gozava de total confiança do governo liberal, era ele que seleccionava correspondência a expedir para o ministro fazendo a tiragem da informação de justificado interesse. Neste particular revelou-se de extrema utilidade a

acção individual de Pinto de Magalhães, jurista, liberal convicto, deputado e ministro sofrera a perseguição do absolutismo, fora demitido do seu cargo de funcionário público em 1828 sendo reintegrado e nomeado subinspector-geral dos Correios em 1833. Curiosamente numa atitude pouco usual para a época.

Pouco tempo depois da sua nomeação, promove a integração de 23 empregados do correio que haviam sido despedidos por «haverem sido despachados pelo governo do sr. infante D. Miguel». (18)

Do enorme legado epistolar remetido do Alentejo e Algarve no curto espaço de tempo de dez meses, entre Março e Dezembro de 1838, conseguimos identificar 56 informações, embora este número tenha sido largamente excedido. A estas poucas dezenas teríamos ainda de acrescentar as cartas que por motivos vários não se encontram coligadas na fonte consultada e, de igual modo, todas as comunicações inter-regionais estabelecidas por estes funcionários. Sabemos por exemplo, que os correios de Beja e Faro recebiam correspondência sobre os acontecimentos registados nas áreas periféricas de outros CA que depois eram aqui resumidas e transmitidas para Lisboa.

Tanto o número de informações que afluíam a Lisboa como a sua origem por localidades coincidem em absoluto com o ímpeto sazonal da guerrilha contra-revolucionária e com as áreas geográficas por onde se deslocavam mais assiduamente os bandos miguelistas.

Excepção feita para o mês de Março, quando se dá início a este tipo de procedimento. As anteriores participações de anomalias ou outro género de acidentes de serviço dão agora oportunidade aos correios de todo o reino de apresentarem as suas queixas, lamentos e agravos pelo estado caótico em que se encontra o correio devido à insegurança pública, ao estado anímico do país, à indiferença das forças da ordem e do poder judicial, dos movimentos e apoios da guerrilha mas, também, à ineficácia das tropas e forças governamentais.

A sul do Tejo os mais prestimosos colaboradores encontram-se junto à fronteira, Portalegre, Elvas, Mértola e Vila Viçosa. Nas proximidades da serra de Monchique e

em constante sobressalto estavam os correios de Odemira e Lagoa, o de Beja também se empenhou com regularidade pois a esta cidade convergiam os estafetas de todo o Baixo Alentejo e Algarve e ali chegavam também céleres as notícias da vizinha Espanha.

O tema principal glosado nas participações das ocorrências era, regra geral, a guerrilha miguelista e em segundo plano os acontecimentos em Espanha onde, tal como em Portugal, se afrontavam as forças liberais contra os carlistas espanhóis apostados em restaurar o absolutismo no reino vizinho.

A rede informativa dos correios era bastante vasta, não se confinava ao estreito limite do distrito de cada CA, ultrapassava, surpreendentemente, as fronteiras com ligações a entidades ou personalidades, nomeadamente espanholas. Em Maio o CA de Elvas cita a sua fonte de informação: é o «cheffe Pulitico da Provincia da Estremadura Hespanhola» (19). O de Portalegre recebe cartas de um espanhol de Valencia de Alcantara, de Mértola o CA expede novidades para Lisboa dizendo que «... de Espanha me escreverão» (20). Na capital, o subinspector remete ao ministro preciosas notícias recolhidas na fronteira algarvia, «o Correio Assistente de Villa Real de Santo António (...) me convencia q. por participações Officiaes vindos de Genova se sabe em Ayamonte, q. naquelle Porto embarcarão 3600 armas p.^a sêrem introduzidas nas cartas do Algarve com destino p.^a o Remexido; sendo o maior numero delles p.^a Hespanha; e que contra o seu desembarque já estavam tomadas as devidas providencias». (21)

A par das informações de carácter logístico militar os correios aproveitam a excelente oportunidade para fazer chegar ao governo, através da subinspecção, as suas opiniões pessoais sob o estado lamentável em que viviam «os povos» dos seus distritos. As suas interessantes epístolas pejadas de críticas acérrimas a todas as autoridades, resultam por vezes pela sua linguagem aberta e franca em observações jocosas, não fora a gravidade e seriedade do assunto. É disso exemplo o curioso desabafo do CA de Beja depois de descrever com pormenor os prejuízos suportados por mais um assalto dos guerrilheiros ao seu estafeta logo à saída da cidade «Todos os dias vejo passar a Cav.^a q. aqui esta duas

vezes o dia a dar agoa, e os Cavallos mui gordinhos, mas o Correios roubados, e a segurança da Nação está no bonito delles». (21)

Menos graciosos embora mais acutilantes e mordazes são os escritos provenientes de Odemira, em permanente condenação das autoridades públicas e dos mecanismos do poder, diz Joaquim António Coelho: «A administração deste Concelho é muito peor do que era no tempo dos Juizes Letrados, ou de Fora. Não existem por aqui tantos benefícios como esperavão os bons portugueses, porque olha-se pessima a arrecadação dos Direitos Nacionaes só intereçantes para bem poucos; os Orphãos estão de peor sorte com os Juizes e escrivães chamados da paz; a Policia que conserva a boa moral e o regime nas terras não a á; as juntas de Parochia e seus regedores até agora de bem pouco ou quazi nada servem, e isto porque nas elleições sobornadas recaem os votos nos mais servis de poucas luzes, e as auctoridades que sempre devião dár conta fiel calam seus procedimentos como costumão ou dizem qui pro quo. A justissa não a conheço se ella a á por aqui». (23)

Num outro passo o CA de Beja descreve assim o estado do país a sul do Tejo «... o Campo d'Ourique está arastado o Algarve do mesmo modo e Beja e Emidiações chorão iguais males os Trigos Azeites não tem consumo quem tem géneros não tem dinheiro e os tributos vexão cada vez mais os Povos pela má Administração e forma com q. são cobrados e lançados». (24)

Em Portalegre nada de relevante acontecera que justificasse uma participação, mas logo que surge a oportunidade de enviar para Lisboa uma carta vinda de Espanha com notícias lisongeiros para as hostes liberais, o CA lança o recado da instante preocupação pela nefasta actuação da guerrilha miguelista, «Não acontese assim no nosso Paiz, onde o Povo se mostra pouco satisfeito com o andar das coizas, sendo hum dos principais motivos, a nenhuma segurança pelos ataques continuos dos Salteadores, sem q. athe o presente se visse fuzilar ou enforcar hum, pelo contrario, ou são soltos ou os deixão fuir das Cadeias, outro motivo he o pezo dos tributos, e o pouco consumo dos generos pela estagnação do Comercio». (25)

Assaltos ao Correio

Tal como o governo também os rebeldes sentiam necessidade em conhecer e dominar as informações do inimigo. Se o governo podia contar com o apoio de uma rede organizada de serviços públicos aos guerrilheiros pouco mais restava do que tentar interceptar esses circuitos informativos, o que fez aplicando-se regular e eficazmente durante todo o ano de 1838. (Q.1) Ainda não terminámos uma análise quantitativa sobre os assaltos aos correios durante as duas primeiras décadas da implantação do liberalismo em Portugal, mas podemos desde já avançar com razoável segurança que o ano de 1838 foi o mais profícuo neste particular. Quem parece comungar de igual opinião é o correio de Beja, Manuel José de Morais Correia: «Este Corr^o existe na minha caza á mais de 70 annos, tendo anteriormente ido todo os dinheiros das Decimas, e nunca se conheço o primeiro roubo; agora he uma Continuação de factos q. provão a energia do tempo». (26) É certo que o Remexido e seus correligionários não desperdiçavam a menor oportunidade de dar continuidade a essa prioridade. Ainda em Janeiro deste ano Morais Correia desabafava amargurado: «Desgraçadamente se acabou a segurança de um estabelecimento q. se reputava sagrado, tal qual era o dos Correios; porem agora acabou desgraçadamente essa belleza q. tanto era por todos respeitada». (27)

Se no ano anterior o correio tinha experimentado enormes dificuldades, neste ano o correio de Beja e todo o sul do país iria sentir um maior vigor por parte dos bandos rebeldes. Dos 49 assaltos ao correio apurados em 1838, nada menos de 32 registaram-se a sul do Tejo, sem incluir uma tentativa de fogo posto no edifício do correio de Serpa, presumivelmente uma acção criminosa dos adeptos miguelistas.

Actuando em pequenos grupos constituídos regra geral por 4 ou 5 elementos, (Q.2) procuravam o escuro da noite para melhor surpreenderem as suas vítimas, permitindo-lhes também uma fuga com maior segurança. Nos caminhos por onde circulavam os correios, os locais mais apetecidos para os ataques foram apontados com insistência e precisão pelo experiente Remexido aos seus homens, como se depreende de um recado

enviado ao guerrilheiro Francisco Nogueira «... não esquecendo o cruzamento das estradas para a capturação dos Officios conforme disse ao Brigadas». (28)

A descrição dos assaltos, por vezes bastante pormenorizada, indica que a guerrilha lançava os seus ataques com a precisão e o conhecimento antecipado do que iria procurar e encontrar.

Apesar de tudo não são muito numerosos os casos de violência praticados contra os estafetas do correio, dos 32 ataques perpetrados somente em três deles se verificaram agressões físicas com alguma gravidade, noutras três ocasiões «manietarão o moço», amarraram o condutor e o portilhão e numa terceira obrigaram o estafeta a calcorrear cerca de três léguas, acompanhando o bando assaltante em fuga. Quando o grupo era pequeno evitava, naturalmente, o confronto com a escolta militar que podia ser superior a 20 homens. Mas, em duas oportunidades a guerrilha emboscou o correio deixando baixas nas tropas que o protegiam. O caso mais grave sucedeu na noite de 24 para 25 de Junho entre Odemira e Beja, seria porventura o último ataque contra o correio sob o comando pessoal do Remexido, dos 21 militares da Guarda Nacional que faziam a sua protecção, 15 homens a pé e 6 de cavalo, somente dois soldados de infantaria escaparam com vida, os demais tombariam às balas certeiras do inimigo. Deste incidente em que saiu ileso o correio, o alvo a abater era sem dúvida a odiada Guarda Nacional.

Na impossibilidade de proteger o correio em todos os percursos e carreiras, as autoridades militares e administrativas ensaiavam várias tácticas no terreno até reconhecerem a quase total ineficácia em evitar os assaltos da guerrilha. Em Fevereiro deste ano planeou-se com a maior discrição fazer acompanhar o correio de Beja até Évora com escolta permanente. O comandante da força militar entendeu de forma diferente e faz acompanhar o correio apenas até meia légua depois de Beja. A experiência redundou num fracasso completo pois o correio foi mesmo assaltado exactamente no ponto em que cessou a protecção dos militares.

É evidente que os guerrilheiros tiveram conhecimento prévio de como se iria desenrolar a operação. A ingenuidade da estratégia demonstrada pelo comandante Andrade fez

chegar a Lisboa o seguinte comentário do CA de Beja, «... [ele] persuade-se q. os ladrões de Beja tantos e tão finos como são não indagação a piquena distancia onde manda os sold^o com o Corr^o, p^a cem passos a diante poderem sahir o Correio». (29)

A proveniência diversa das informações recolhidas pela guerrilha permitia-lhes movimentarem-se com grande facilidade nas acções que empreendiam contra o correio. Para além do que era do conhecimento público, isto é, percursos, frequência das carreiras, horários e alterações subsequentes, a guerrilha dominava também o conhecimento sobre a existência ou não de escolta militar, como vimos, das quantias mais valiosas transportadas pelo correio e, sobretudo, da correspondência oficial. A captura dos correios tinha obviamente como primeiro objectivo: o subtrair as informações ao inimigo tão indispensáveis ao prosseguimento da sua luta. (Q.3)

Por norma o grupo assaltante roubava as malas do correio e transportava-as para áreas protegidas onde seleccionava a correspondência julgada de interesse destruindo a restante. Noutras ocasiões era no próprio local do assalto que montavam essa operação selectiva.

Num dos assaltos, a 29 de Outubro entre Cuba e Alvito, vasculharam toda a correspondência rasgando algumas cartas mas nada levaram. Em Dezembro, mostram-se mais refinados na escolha da informação pretendida. Um único guerrilheiro assaltou o correio entre Viana e Évora e demora nada menos de 1 hora no exame criterioso da correspondência levando tão somente um officio dirigido ao Contador da Fazenda do Distrito de Faro. Repetindo a operação desencadeada na casa da posta de Alcaraviças, em 26 de Setembro, quando haviam surripado apenas 2 officios: um para o Governador da praça de Elvas, outro para o Delegado do Procurador Régio. Ainda em Dezembro seis guerrilheiros, sem contar com os que estavam escondidos no mato, surpreendem o correio a 3,5 léguas de Beja, vindo de Albernoa, e, sintomaticamente optam pela correspondência mais qualificada como observa o correio de Beja: «... desta vez não levarão toda a correspondência, mas só a official, q. cuidadosamente escolherão nas bolsas de Almodovar, Castro e Ourique...». (30)

A caça ao Remexido

A luta de guerrilha iniciada pelo Remexido nunca conseguiu pôr em perigo o regime, contudo, as surtidas vitoriosas e espectaculares alcançadas lograram abalar a normalidade da vida social e económica a sul do Tejo, pondo em causa a aplicação das regras e normas ditadas pelo poder central. O caso do serviço de correios é exemplo do que vimos afirmando, pois devido à insistente e eficaz acção da guerrilha nunca as notícias circularam com a regularidade possível no espaço onde emergiu a oposição armada, ou seja, a sul do Tejo.

Em 1838 a estratégia para aniquilar o Remexido e a sua guerrilha modificar-se com a entrada em cena do coronel Fontoura, nomeado para esse fim a 15 de Dezembro de 1837. O passo decisivo foi reconhecer a impossibilidade de derrotar a guerrilha iria unicamente com meios militares. A nomeação de um novo oficial para o comando das tropas não suscitou grande entusiasmo por parte das populações, as reservas e a incredulidade mantinham-se apesar das iniciativas já tomadas. A 24 de Abril o coronel Fontoura chega com 200 homens a Beja «... e dizem q. breve parte p.^a o Campo d'Ourique a fim de providenciar sobre a colocação das tropas q. cercão a Serra pertencente o Remechido veremos se este Off^o tem a pachorra dos de mais, e se este será Alexandre q. de uma vez corte o nó gordiu indessolúvel p.^a os Officiaes perteritos...». (31)

O mais radical dos métodos, para extirpar de vez a guerrilha da serra de Monchique, e que colhia muitos adeptos na opinião pública, era o de pura e simplesmente se deixar fogo a toda a serra cercanda-a de militares à espera das acaloradas presas, «... e então um Coelho só será impossível aparecer sem ser queimado ou sem ser visto, à vista do q. os guerrilheiros não tendo abrigo na serra devem fugir della, e facilmente serão apanhados». (32)

Esta proposta nunca foi tomada seriamente pelas forças governamentais que se opunham no terreno. Também o coronel Fontoura reconhecia o apoio prestado à grande guerrilha por algumas populações. Por temor ou conviência, esse indesejável apoio



iria ser atacado por métodos bem mais certos. Assim, determina-se a evacuação das populações de toda a serra, abandonado e destruindo todos as «tranquetas dos moinhos» e azenhas. Por outro diploma obrigam-se todos os ferreiros da serra a domiciliarem-se nas terras onde existiam guarnições militares.

Com estas medidas, entre outras, assentou-se um duro golpe nas bases de apoio da guerrilha que é impelida à dispersão de forças. Embora nos primeiros meses do ano o exército lutasse com algumas adversidades que lhe retiravam operacionalidade devido ao rigor do inverno, as medidas legislativas foram surtindo efeitos na acção da guerrilha com o desenrolar do tempo.

A resposta da guerrilha é breve em relação ao correio, em meados de Março o Baioa captura o estafeta do correio já próximo de Beja, vindo de Mértola com a correspondência do Algarve, de malas vazias, o estafeta trouxe o recado dos salteadores, «... disse-

ram q. como lhe tiravão das terras os Ferradores elles tão bem haviaão tirar as correspondências» (33) O efeito propagandístico pretendido pela guerrilha continuava a ser anunciado por outro chefe de grupo poucos dias depois noutro ponto do país, nas proximidades de Odemira, «o guerrilheiro Rachado, Diarios correspondenciais, e malas, mostrou em um monte dizendo que quando queria a´de roubar o Correio». (34)

Contudo, a partir da Primavera os tempos começariam a ser pouco risonhos para as hostes miguelistas. A perseguição aos mais aguerridos chefes da guerrilha e o estudo das suas acções permitem um melhor domínio dos seus movimentos.

Para infelicidade do seu negócios, quem os conhece bem é o CA de Odemira, «Os sanhudos guerrilheiros estão divididos em diversas secções dizem que comanda uma o Rachado, outra o Cazemiro, outra o Collos, outra o Baioa, e outros outras; mas todos tem por primeiro chefe ou cabeça o seu agreste deus Pae, digo o Remechido». (35)

Na sequência dessa campanha, encetada pelo coronel Foutoura, o Remexido acaba por ser aprisionado a 28 de Julho. Os acontecimentos que de desenrolaram em torno da captura, prisão, julgamento e morte do mais célebre rebelde contra-revolucionário, tiveram então um enorme impacto na opinião pública. Por isso, tomando consciência da importância do facto e do cumprimento da determinação governamental o CA de Faro, António Joaquim Tibúrcio de Araújo, julgou de todo conveniente traçar um relato bastante mais circunstanciado do que o habitual. Apesar de extensa gostaríamos de incluir aqui na integra a sua inédita e interessante epístola dirigida ao subinspector geral dos Correios, datada de 3 de Agosto de 1838, dia imediato ao fuzilamento de José Joaquim Sousa Reis. (36)

Illm.º e Exm.º Sr.

Em seguimento ao officio que no Correio passado tive a honra de dirigir a V. Ex.ª, cumpre-me hoje acrescentar, que no dia 1.º do corrente nesta Cidade pelas 8 horas da manhã o Guerrilheiro Remechido acompanhado pelo Coronel Fontoura Commandante das Forças em Operações, por Contingentes dos Corpos de Caçadores 4, e 5, Infantaria 8, Cavallaria 5, e Batalhão Nacional Movel de

Lagos; foi conduzido aos Paços do Concelho para alli se lhe formar o Processo, mas reconhecida a insufficiencia da Salla para tão grande Concurço foi transferido para o Hospital da Misericórdia pelas 10 horas da manhã e pela huma da tarde se installou o Conselho presedido pelo General Barão da Ponte de Santa Maria, e às 4 e 3/4 da tarde foi lida ao Reo a Sentença de ser fuzilado em 24 horas. Elle desde o momento da sua prisão conservou a maior paz d'espírito respondendo a todos, e a tudo, que se lhe perguntava, mas não por valentia, e coragem, e sim porque ignorando absolutamente a Ley de Dezembro de 1834, que mandava fuzilar dentro de 24 horas por ser encontrado com Armas n amão (o que elle confessou no Conselho) estava intimamente convencido, que o seu Processo seguia os tramites dos recursos, de modo que no seudepoimento athé ao fim exigio se escrevessem certas circunstancias, que apenas d'alguma couza lhe servirão se do Tribunal que o julgou houvesse appellação, ou se a Ley permitisse demora na sua execução da Sentença. Quando porem se lhe leo a Sentença ainda instou para que se lhe desse recurso, mas lendo-se-lhe a ley se lhe declarou, que não tinha recurso, e que só devia procurar os socorros da Religião: então já desenganado succumbio inteiramente, e neste estado foi hontem pelas 6 horas da tarde fuzilado no Rocio da Trindade na presença de toda a Força Armada, que aqui se achava, na de centenâres de pessoas, que da Cidade, e terras vezinhas, correrão, para semelhante fim, e na de testemunhas, que das Aldeias se mandárao vir para o reconhecerem, pois que era tal convicção, em que se achavão os seus affeioados, de que hum dedo particular da Providencia protegia aquelle assassino (qualidade que elle repetidas vezes confessou) que já estava na Cidade, e ainda dizião, que não era elle, que era outro da Guerrilha: ficarão porem desenganados, e a Providencia livre d'aquelle cruel, que athé depois de morto teria sido feito em pedaços se não fosse escoltado por forças de Cavallaria athé à sepultura, e ainda alli foi preciso guardar o Cemiterio para o não desenterrarem. Quanto à nossa perda na Acção, no Conselho se confirmou, que foi de 3 mortos, e 2 feridos, e a dos Guerrilhas posto que se diga ter sido de 56 he certo, que se não pôde saber porque o fogo rompeo às 6 da

Prisão do Remexido pelo capitão Cabral. Desenho de Vidal; do natural, quanto aos retratos (in Damião Peres «História de Portugal», vol. VIII, pág. 273)

tarde, os nossos perseguirão os Guerrilhas, e com a proximidade da noite retirarão ao seu acampamento; e os Guerrilhas pela alta noite voltarão ao lugar da Acção e enterrarão os seus mortos de modo que voltando-se ao lugar no dia seguinte já se não encontrou cadaver algum no Campo.

Por ultimo saiba V. Ex.^a, que Remechido escreveo ao filho convidando-o, a que se venha submeter ao Governo da Rainha, e fazendo-lhe ver o seu triste fim, mas que duvidava elle annuisse por ser muito rapaz. Eis aqui quando tenho podido saber a respeito de tão importante acontecimento.

Deus Guarde a V. Ex.^a, Faro 3 d'Agosto de 1838

Illm.^o e Exm.^o Sr. João de Sousa Pinto de Magalhães

Sub Inspector Geral dos Correios e Postas do Reino

O Correio Assistente de Faro

(a) António Joaquim Tiburcio d'Araujo

Sem o seu líder carismático e com a perseguição sistemática das forças governamentais, a guerrilha altera o seu campo privilegiado de actuação, deslocando os seus grupos em direcção ao norte, para a planície alentejana. A vontade de manter viva a chama da revolta do desaparecido Remexido faz aumentar de intensidade, temporariamente, toda a actividade da guerrilha. O mês de Setembro é também para o correio, o período em que se registam mais assaltos. Em Vila Viçosa, após causaram vários distúrbios, vão afirmando a sua intenção de transformarem toda a zona numa «segunda Serra do Algarve».

Esforço inglório, pois até ao final de 1838 veríamos tombar outros destemidos e importantes chefes militares, como foram os casos de Francisco Baioa em Outubro, e de seu irmão João Baioa no mês seguinte. Em Dezembro chegaria a vez do rachado encontrar a morte, após perseguição movida precisamente na sequência de um assalto ao correio que partira de Lisboa em direcção a Santiago do Cacém. Paulatinamente a guerrilha foi perdendo forças e apoios, nunca recuperando dos rudes golpes sofridos neste ano de 1838. ■

NOTAS

(¹) *Proclamação de D. Miguel, de 21 de Março de 1836. Ver António do Canto Machado e António Monteiro Cardoso. A Guerrilha do Remexido, Pub. Eur.-América, Lisboa, s/data, p. 62.*

Esta obra constitui, sem dúvida, a melhor análise sobre a guerrilha do Remexido. O tema é excelentemente tratado e documentado, contém ainda um interessante Apêndice Documental, do qual nos socorremos para as citações referentes aos documentos apreendidos à guerrilha.

(²) Anónimo, *Biografia do Remexido, Lisboa, 1838, p. 7.*

(³) *Ant. do Canto Machado e Ant. Monteiro Cardoso, etc., p. 13.*

(⁴) *Idem, pp. 167 e 169.*

(⁵) A. H. C. T. T., *Documentos do Correio Geral, 1838, vol. I, fl. 96.*

(⁶) Guilhermino A. de Barros, *Relatório Postal do ano económico de 1877-1878, Direcção-Geral dos Correios, Lisboa, 1879, p. 66.*

(⁷) Francisco dos Prazeres Maranhão, *Taboa Geographica Estatística Luzitana ou Dicionário Abreviado de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal, etc., 1839.*

(⁸) *Relação das Pessoas Empregadas na Ad. do Correio Geral, etc., Lisboa, Imp. Régia, 1813.*

(⁹) A. H. C. T. T., *Docs. do Correio Geral, 1838, vol. I, fl. 479.*

(¹⁰) *Idem, Ibidem.*

(¹¹) *Idem, vol. II, fl. 95.*

(¹²) *Idem, vol. I, fls. 145 e 209.*

(¹³) *Idem, fl. 128.*

(¹⁴) A. H. C. T. T., *Copiadores do Correio Geral, fl. 54 e 54v.*

(¹⁵) A. H. C. T. T., *Docs. do Correio Geral, 1838, vol. II, fls. 187 a 189.*

(¹⁶) A. H. C. T. T., *Cop. do Correio Geral, fl. 31v.*

(¹⁷) A. H. C. T. T., *Docs. do Correio Geral, 1838, vol. I, fl. 122.*

(¹⁸) Guilhermino A. de Barros..., p. 51.

(¹⁹) A. H. C. T. T., *Docs. do Correio Geral, 1838, vol. I, fl. 472.*

(²⁰) *Idem, fl. 208.*

(²¹) *Idem, fl. 189.*

(²²) *Idem, fl. 80.*

(²³) *Idem, fl. 221.*

(²⁴) *Idem, fl. 433.*

(²⁵) *Idem, vol. II, fl. 143.*

(²⁶) *Idem, vol. I, fl. 78.*

(²⁷) *Idem, fl. 80.*

(²⁸) *Ver Ant. do Canto Machado e Ant. Monteiro Cardoso... pg. 171 e 172.*

(²⁹) A. H. C. T. T., *Docs. do Correio Geral, 1838, vol. I, fl. 123.*

(³⁰) *Idem, vol. II, fl. 485.*

(³¹) *Idem, vol. I, fl. 433.*

(³²) *Idem, fl. 433v.*

(³³) *Idem, fl. 195.*

(³⁴) *Idem, fl. 479.*

(³⁵) *Idem, fl. 555.*

(³⁶) *Cópia dactilografada in. A. H. C. T. T., Documentos dos sécs. XIII a XX, relativos a Correios, Vol. VI, Doc. 74, fls. 218 a 220.*